

**O PODER DAS EMPRESAS TRANSNACIONAIS NO CONTEXTO GLOBAL****Bruno Aguiar Santos<sup>1</sup>**

Universidade de Coimbra

**Maurício Santos<sup>2</sup>**

Universidade Lusófona

**Fábio da Silva Veiga<sup>3</sup>**

Universidade Lusófona

DOI: <https://doi.org//10.62140/BSMSFV342024>

**Sumário:** 1. Mercado: definição; 3. Formações econômicas e Globalização; 3. Empresas Transnacionais e neoliberalismo; Considerações Finais.

**Resumo:** Este artigo examina a influência difusa e as dinâmicas complexas das empresas transnacionais (ETNs) no capitalismo global contemporâneo. Evitando a historiografia aprofundada, a pesquisa foca nas mudanças significativas do mercado atual e nas características definidoras das ETNs na era presente. O estudo começa explorando o conceito de mercado como uma entidade onipresente, guiada pela "mão invisível" que estrutura o comércio global, mantendo uma linha crítica como fio condutor. Em seguida, analisa como as ETNs transcendem as fronteiras nacionais, identificando as políticas econômicas que facilitam seu crescimento e os ambientes econômicos que, afinal, nutrem suas estratégias de maximização de lucros. O duplo impacto das ETNs é escrutinado: por um lado, sua proliferação é impulsionada por condições políticas que as favorecem; por outro, suas operações têm consequências socioeconômicas profundas nas sociedades hospedeiras. O artigo avalia criticamente esses resultados, particularmente a disparidade entre os benefícios alegados das atividades das ETNs e as práticas extrativas tangíveis que frequentemente empregam. A conclusão busca refletir sobre possíveis alternativas, enfatizando a necessidade de uma investigação crítica contínua para confrontar as ortodoxias e hegemonias predominantes no pensamento econômico que levam ao resultado atual.

---

<sup>1</sup> Doutorando no programa *Sociology of State, Law, and Justice*, da Faculdade de Economia e do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. E-mail: brunosantos@ces.uc.pt

<sup>2</sup> Mestrando em Direito na Universidade Lusófona do Porto, Portugal. E-mail: mauriciosantosp@gmail.com

<sup>3</sup> Doutor em Direito Empresarial pela Universidade de Vigo (Espanha) com a máxima distinção e Prémio Extraordinário de Tese de Doutoramento. Professor de Direito Empresarial da Universidade Lusófona (Porto e Lisboa, Portugal). Pesquisador da CAPES no Exterior. Presidente do Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos – IBEROJUR. E-mail: fabiojus@gmail.com

Através deste discurso, o artigo visa fomentar uma compreensão mais profunda das ETNs e provocar uma consideração reflexiva sobre seu papel na economia global.

**Palavras-chave:** desenvolvimento, relações internacionais, investimento estrangeiro, neoliberalismo, conhecimento.

*“History had taught us an important lesson: Free trade serves the cause of economic progress, and it serves the cause of world peace.”<sup>4</sup>*

Ronald Reagan

*“Yet I believe people accept there's no real alternative.”<sup>5</sup>*

Margaret Thatcher

“A globalização é um mercado de ilusões.”

Eduardo Galeano

## 1. Introdução

Começaremos pelo início, mas sem começarmos pelo início. Explicamos.

Não faremos um resgate desnecessário da infância das empresas transnacionais numa linha temporal; um retrato da aurora dos mercados que nos leve à história mesopotâmica ou ainda além. Não é o que o leitor deste artigo procura, não é o que a comunidade científica precisa, não é o que o problema de pesquisa suscitou em nós, pesquisadores. Começar pelo início significa arar o terreno, definir alguns conceitos, uma certa linha do tempo – por vezes mesmo tangenciar o pecado capital de se (re)contar os mitos de origem –, e uma relação com o(s) problema(s) de pesquisa e a(s) pergunta(s) de partida que figuram aqui.

Como haveria de ser, a pesquisa acadêmica gera um caráter de desconfiança perpétuo: a ciência é um caminhar que corrige seu próprio traçado a cada nova descoberta, a tornar, assim, o pesquisador uma espécie de incrédulo renitente. Um resistente às unanimidades, um questionador das hegemonias – daí que vivemos na fronteira exígua entre sermos vistos

---

<sup>4</sup> Em livre tradução: “A história nos ensinou uma importante lição: o livre-comércio serve à causa do progresso econômico, e ele serve à causa da paz mundial.”

<sup>5</sup> Em livre tradução: “Ainda acredito que o povo aceite que não há alternativa real.”

como sagazes ou sermos vistos como aborrecidos e enfadonhos. É essa desconfiança científica que por vezes nos leva às perguntas de partida que fazemos, primeiramente, no silêncio das nossas vozes sussurradas em solidão e na algaravia das nossas intelectualidades. Da pergunta de partida, passamos a fazer as pesquisas que nos levam a perceber que, algumas vezes mais, outras menos, outros tantos já também padeceram das mesmas suspeitas.

Com este artigo não haveria de ser diferente.

Há algo que verdadeiramente inquietou aos pesquisadores que se debruçaram sobre o tema. Alvo de conversas informais, o assunto passou, pouco a pouco, a tomar a estrutura de um projeto de pesquisa, resultando neste *paper* que pode agora ser lido. Ora, as sensibilidades destes que vos escrevem já diziam que há algo de muito diferente entre uma planta da Ford na década de trinta nos Estados Unidos da América, sua relação com o seu próprio governo e o resto do mundo, e uma qualquer grande empresa do Vale do Silício e sua relação com o seu próprio governo e o resto do mundo na atualidade. Nos retratos propagandísticos, vemos, por exemplo (Nespresso, 2017), uma colheita de café na América do Sul em largas e bem estruturadas fazendas; os funcionários agradecem a vinda da magnânima entidade estrangeira: uma visão colonial, a chegada de um descobridor/salvador. Visão que se repete ao largo de tantas outras propagandas, retratando mercadorias e processos produtivos distintos, que envernizam muito bem seu alcance cada vez maior.

Mas será que essa dita abertura tida inocentemente (ou não, a depender do *bias* de quem relata) como multicultural, essa globalização profícua, graça pura exercida com os braços ditos técnicos e valentes do empreendedorismo, condiz com a realidade social, política e econômica do cotidiano que as empresas transnacionais de fato imprimem no mundo? É isso que nos propomos a investigar dentro da limitação deste artigo.

Para tanto, no primeiro capítulo, definimos o *locus* das empresas transnacionais, e para isso tratamos de configurar o mercado, essa entidade onipresente de mãos ditas invisíveis. Quais foram as mudanças mais significativas relacionadas às trocas comerciais nos últimos tempos que justificam tratarmos das empresas transnacionais como as tratamos aqui? Se falamos de mercado global, em seguida, no capítulo segundo, precisamos verificar e conceituar a própria extrapolação das fronteiras nacionais pelas empresas: o que, em suma, são as empresas transnacionais, e o que as caracterizam especificamente nesse momento, onde é que elas proliferam, quais as políticas econômicas que mais lhe aprazem, adubam seu solo para que floresçam em toda a sua capacidade de majoração de lucros para além das fronteiras geográficas. Passamos a perceber o segundo sentido desta via de mão dupla: quais

as consequências sentidas pela atuação das transnacionais nas sociedades em que atuam. É o que buscamos retratar no último capítulo.

Por fim, e no intuito de conclusão provocadora, mais do que uma conclusão pretensa a ser panaceia, questionamos: há, neste cenário, o que ser feito? Assim, tentamos, num diálogo entre autores que sempre julgamos frutuoso — e muitas vezes mais apaixonado do que racionalizado —, resgatar reflexões para que possamos pensar alternativas.

Podem não ser as soluções que queremos, distam sem dúvida das que a humanidade merece, mas podem, pelo simples fato de exercitarem o músculo da reflexão irressignada, ter o raro mérito de enfrentar hegemonias, ortodoxias e unanimidades. Começemos com aquela entidade tantas vezes marcada pela metafísica: o onipresente, onisciente e onipotente mercado.

## 2. Mercado: *qu'est-ce que c'est?*

“(…)

*And did the Countenance Divine,*

*Shine forth upon our clouded hills?*

*And was Jerusalem builded here,*

*Among these dark Satanic Mills?*

(…)”<sup>6</sup>

*And Did Those Feet in Ancient Time*, de William Blake.

Baseamo-nos fortemente na obra de Karl Polanyi para fazer uma síntese do conceito de mercado, especialmente em *A Grande Transformação* (2012). Para podermos chegar na compreensão do que é mercado, trazemos Hobsbawm, historiador umbilicalmente ligado ao estudo das formações econômicas, inclusive na sua vida acadêmica, como professor e

---

<sup>6</sup> É trecho do poema de William Blake que dá azo ao já notório questionamento de Polanyi quando este pergunta: “Que ‘moinho satânico’ triturou os homens, reduzindo-os à condição de massa?” (Polanyi, 2012). O poema de Blake data de 1808, logo, para aqueles que adotam a divisão, na Primeira Fase da Revolução Industrial (Burns, 1970). Preocupado com a mecanização do trabalho, escreveu no prefácio de sua *magnum opus* o poema cujo trecho fazemos de epígrafe ao presente capítulo. Em livre tradução: E o semblante divino, / brilhou sobre as nossas colinas nubladas? / E Jerusalém foi construída aqui, / entre estes sombrios moinhos satânicos?

presidente da Birkbeck College, da Universidade de Londres, conhecida por sua história de fornecer aos trabalhadores a oportunidade de estudar em horários alternativos e pelas preocupações sociais que carrega. Hobsbawm, portanto, se debruçou bastante sobre a origem do mercado, e, marxista que era, especialmente sobre os escritos de Marx. Em especial, temos seu contributo dentro da obra de Marx, *Pre-Capitalist Economic Formations* (Marx et al., 1984), em que o historiador faz uma introdução assaz conveniente (Hobsbawm, 1984) – tanto para o que falamos neste capítulo; quanto para a compreensão do que havia disponível de conhecimento à época dos escritos de Marx; bem como para o resgate da originalidade de certos pensamentos marxistas deturpados ao longo do tempo. Assim, façamos uma breve viagem no tempo, assumindo o risco de cometermos certas generalidades e/ou reproduzir certas obviedades que o leitor e a leitora já julgam como ululantes. Seguimos. Podemos concordar, por mais que o (hiper)individualismo dos nossos tempos nos diga o contrário, que o ser humano é um animal social. Temos isso como base.

A interação entre homens, mulheres e o meio em que vivem é o que produz aquilo pelo que conhecemos como “evolução” social (sem sentido qualitativo, que fique claro). É da retirada de bens da natureza, nas sociedades econômicas mais primitivas que podemos imaginar que surge aquilo pelo qual conhecemos como propriedade — da *apropriação*. Não confundir com o conceito econômico de propriedade privada e, principalmente, não confundir com o conceito de propriedade privada dos meios de produção (Hobsbawm, 1984), que conceitos tão diferentes entre si quanto a problemática em torno deles. Ou seja, homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, interagem com o meio-ambiente para poderem se apropriar de algo: para poderem usar desse algo. E o fato de sermos animais sociais faz com que nós desenvolvamos nessa lida duas formas de sociabilidade: (1) a cooperação; e a (2) divisão social do trabalho, ou seja, a especialização das funções (Hobsbawm, 1984). Estas, em conjunto, são geralmente feitas — e aqui gostaríamos de chamar a atenção a um robusto estudo de Graeber (infelizmente falecido) e Wengrow, chamado *The Dawn of Everything* —, em função das necessidades daqueles indivíduos e daquelas comunidades incipientes (Graeber & Wengrow, 2021; Hobsbawm, 1984). Só que elas incrementam a apropriação, sistematizam-na, otimizam-na, gerando aquilo que se excede ao uso do indivíduo e da comunidade. Eis um conceito econômico que ouvimos geralmente com uma carga de complexidade desprovida de necessidade: *surplus*, ou excedente (que, neste caso, evidentemente se relaciona à excedente de produção, e não de demanda). A existência de excedentes começa a gerar a possibilidade de algo inédito na humanidade: a troca. Imaginemos a seguinte situação: nossa comunidade é perita na pesca de sardinhas, mas, em

contrapartida, não tem o *savoir-faire* para o cultivo agrícola<sup>7</sup>. Dá-se, em troca ao produto que a outra comunidade produz, o excedente das necessidades próprias da nossa comunidade em sardinhas, porque a comunidade que tem o *savoir-faire* para a plantação precisa se alimentar de mais do que o trigo que plantam. Neste momento dessa trajetória generalista da nossa história, temos, ainda, a troca da produção apenas para o próprio uso dos indivíduos e comunidades a que pertencem — e essa é uma compreensão fundamental para o conceito de mercado. Nós não temos, neste momento, troca para acumulação, que só desponta, predominantemente, com o advento do capitalismo (Hobsbawm, 1984). Mas não nos iludamos pensando que aqui é onde o homem errou, numa vulgata de *peccatum originale* ou numa vulgata do pensamento de Rousseau, da instituição das cercas como ato corruptor do estado-de-natureza de bondade do homem. Não, até os mais críticos ao capitalismo, como Marx e Engels, entendiam que era a troca, mesmo com vistas à acumulação, que foi o ato capaz de fazer uma certa individualização do ser humano, trazer uma forma de independência (Marx et al., 1984). Essa troca, segundo os pensadores clássicos da teoria econômica, como Adam Smith, seria regulada apenas pela procura e pela demanda, e, com o fator monetário, ou seja, um símbolo que pudesse simplificar a troca per se (o dinheiro), haveria um ambiente que se automatizaria em direção à sua própria otimização (Smith, 1976, 2009).

Quem muito bem sintetizou a história do mercado, recorrendo, inclusive, à historiografia greco-romana, foi Comparato, que, primeiro num artigo (Comparato, 2012), depois desenvolvido em livro (Comparato, 2014), trouxe uma linha temporal curiosa, principalmente para quem nasceu após ou durante o “fim da história” (*sic*) (Fukuyama, 2006), mostrando como as trocas mercantis foram vistas de diferentes maneiras durante a história (certas vezes, de maneira lisonjeira, noutras, pejorativas). Sem que tentemos uma definição *par excellence*, cremos que tratar o mercado como termo poliédrico (Forgioni, 2012) – adjetivo bem conhecido dos frequentadores das cátedras de direito comercial no Brasil, graças a Asquini – é de uma conveniência notável, porque, sem nos darmos conta, aplicamos diariamente o termo com sentidos diferentes. Falamos que é preciso adicionar itens à lista do mercado, que precisamos fazer mercado, que o mercado não reagiu bem à notícia de um atentado contra um presidente estrangeiro, que quando formos a Londres precisamos, indiscutivelmente, visitar o *Borough Market* e o *Old Spitalfields Market*. É evidente que temos diante de nós, em escala, diferentes fenômenos chamados pelo mesmo nome. Mas trata-se,

---

<sup>7</sup> A já sedimentada e clássica linearidade entre a sedentarização nômade e o cultivo agrícola e as posteriores formações econômicas, presente em certos textos marxistas, bem como em textos liberais (Fukuyama, 2006), é posta em causa por estudos mais recentes com maior afinidade com a antropologia (Graeber & Wengrow, 2021).

apenas, de uma questão de escala – e não de perfis, inclusive com o isolamento de um suposto mercado dotado de assepsia política: o mercado permanece sendo o *lugar de troca*, como designava, e chamamos agora a etimologia em nosso auxílio, o original *mercātus*, termo do latim proveniente do radical *merx*, que designava mercadorias e bens. Não à toa, a mitologia romana atribuiu ao comércio e às trocas um deus com o mesmo radical: Mercúrio (Michiel de Vaan, 2008). Mas para o liberalismo clássico – o de Smith, por exemplo, e talvez as vulgatas vistas nos tempos correntes –, esse ambiente de trocas seria etéreo, regulado naturalmente por uma mão invisível-condutora. Esse liberalismo clássico propunha (Burns, 1970) um mercado intocado [o famoso *laissez-faire*, por exemplo, posto em prática como política apenas a partir de 1820 (Polanyi, 2012)]. Bem diferente do paradigma neoliberal (Rodrigues, 2022), que falaremos no próximo capítulo – por mais que, repetimos, as vulgatas sejam incapazes de reconhecer. É essa atribuição despreendida da realidade material, metafísica, que é dada ao mercado pelo liberalismo clássico que ainda nos faz enxergá-lo, atualmente, como um misterioso fenômeno que reside na insondável inexatidão e atua sub-repticiamente, conquanto por vezes se faça ver como entidade onipotente, capaz de, ao invés de ser o mero espaço de trocas, tornar-se verdadeiramente divino. Assim como Mercúrio.

### 3. Da mercancia à globalização

Configuramos o mercado, pois. Resta-nos, por ora, situarmo-nos no tempo, entendermos qual é o sistema econômico que se encontra por trás da sociedade de mercado e em que estágio dele nos encontramos. Sob pena de, não o fazendo, acabarmos por omitir os passadiços por sobre os quais as empresas transnacionais atravessaram continentes.

Podemos dizer que vivemos três grandes formações econômicas dominantes até este precioso ano de 2024 (Marx et al., 1984). Formações que se ultrapassam, se misturam mais das vezes, mas que são muito identificáveis, em termos gerais e generalistas, que fornecem uma base para que possamos compreender o capitalismo (Hobsbawm, 1984) e o mercado. Em suma, vivemos o escravagismo; tivemos o feudalismo e temos o capitalismo. Significa que é uma linha histórica evolutiva estanque? Não, mas é o que as ciências sociais e econômicas, por conseguinte, conseguiram desenvolver até então, com maior ou menor exatidão. É verdade que vivemos também o que Marx chama pelos modos de produção orientais; temos o modo de produção comumente e pejorativamente chamado de primitivo; temos o modo de produção característico do início da Europa medieval, com o feudalismo

ainda distante de ser consolidado, mas podemos olhar para esses três, digamos, sistemas ou formações econômicas, e encontrar diferenças que os fazem se destacar.

Contrariamente ao que o liberalismo clássico enxergava (Smith, 1976), que o homem tinha em sua essência a propensão a negociar, o mercado, tornou-se modelo de sociedade a partir, apenas, do advento do capitalismo, o que levou Polanyi a criticar profundamente a visão de Smith (inclusive fazendo correlação com a inexatidão científica de Rousseau quanto ao homem em seu estado de natureza) e os replicadores de seus dizeres, como Mises e Lippmann que se afastaram da ciência (Polanyi, 2012). A esse respeito, dessa suposta origem, voltamos a remeter o leitor e a leitora para o paradigmático trabalho de Graeber e Wengrow (2021). Ao invés de nos determos nesse ponto e exercitar a réplica de uma antropologia à qual não somos fluentes, vamos observar para o feudalismo em seu ocaso: no mercado que havia no Século XVI no mundo. Ali, nos canais de Veneza, posteriormente nas vielas de Amsterdã, e, séculos depois, nas fábricas de Manchester, os comerciantes, a burguesia como classe em formação começava a perceber que a acumulação era característica diferenciadora, constituía capital: e era preciso mais. A demanda exigia, a oferta tinha que evoluir. Era preciso, então, explorar outros mercados.

Assim, as grandes navegações não saem de uma epifania desbravadora e aventureira. Saem de Estados feudais que precisam financiar a exploração de novos territórios em busca de terra a ser explorada, matéria-prima inédita e barata e mão de obra escrava. Evidentemente não se fala em globalização com as grandes navegações, posto que o contato físico dos europeus com os povos originários de outra parte de um mundo em grande parte desconhecido pelos saberes eurocêntricos da época difere do fenômeno que atende pelo nome de globalização. O capitalismo passou a se tornar o sistema econômico dominante, mesmo, com a Revolução Industrial (Burns, 1970), fazendo soterrar o feudalismo; e a classe comerciante e industrial, a burguesia e a classe capitalista enriquecida, passaram a entender que tinham direito ao seu quinhão de poder político, decapitando reis aqui e acolá. Como a história não acontece num átimo de segundo, ainda não era o momento de se falar em globalização.

Pensemos que, por exemplo, para termos uma mera ilustração do que é e do que não é viver num mundo globalizado que enquanto Santos Dumont fez seu voo inaugural em 1906 em Paris, a Rússia vivia a era feudal dos Czares ainda e, nos Estados Unidos da América, já se anunciava Lucky Strike nos vagões de comboio que cruzavam o país de Leste a Oeste.

É com a Revolução Russa, de 1917, que a globalização teve seu início. Explicamos. É a partir desta data que surge uma grande nação que se opõe ao livre-mercado, desenvolvendo, no alvorecer da Primeira Guerra Mundial, a primeira grande república de caráter socialista. Ora, bem sabemos que isso parece a exata oposição à globalização. E é, mas nos atentemos ao desenrolar dos fatos. Desde 1945, pós-Segunda Guerra Mundial, com a aliança de oportunidade frente ao perigo maior nazifascista, tratamos de construir um mundo bipolar: traçamos uma grande cortina de ferro que dividiu a Europa do leste e Oeste, a Europa capitalista da Europa socialista, países-satélite da URSS (Hobsbawm, 1995). O mundo Ocidental capitalista se opôs ao mundo Oriental tido como comunista. A era de ouro para os Estados de Bem-Estar Social que souberam mesclar características de ambos. É com a derrocada da URSS, com o fim da cortina de ferro, que o livre-mercado se torna hegemônico (Hobsbawm, 1995). A comoção é tamanha que Fukuyama diz ser o fim da história (a derrocada das ideologias) (Fukuyama, 2006) e devemos lembrar do famoso slogan TINA, de Thatcher: *there's no alternative*. Não há alternativa. Não *haveria* alternativa às sociedades de mercado — invariavelmente seríamos transformados em massa por esses moinhos satânicos.

O consenso de Washinton, elaborado e publicado 1989, marca muito bem os ditames (Rodrigues, 2022) pelos quais a globalização se tornaria um fenômeno de matriz neoliberal (sobre o que falaremos no capítulo seguinte). Arrighi, no seu clássico *O longo século XX*, demonstra como é evidente o incremento da mobilidade do capital no mundo, com alguns autores inclusive apontando o fim da economia fordista (Arrighi, 2010). A título de exemplo, Fisher rememora Mazzari para dizer que o ano de 1979 (dez anos antes do consenso de Washington) já marcaram o pós-fordismo, tornando a linha de montagem do fordismo o fluxo de informações eletrônicas (Fisher, 2009).

Os resultados da globalização feita desta forma foram de mau a pior no que diz respeito a processos de convergência (Amsden, 2001), e desigualdades sociais, especialmente quanto ao capital especulativo e improdutivo (Dowbor et al., 2018) e a renda do cidadão comum (Piketty, 2013). Vamos recorrer ao incontornável Stiglitz, cujo viés é inquestionavelmente capitalista, como ele mesmo diz, quando fala que “acredita que a globalização — a remoção de barreiras ao livre-comércio (...) pode ser uma força para o bem”<sup>8</sup> (Stiglitz, 2002), continua sua verificação e relato em primeira mão (Stiglitz trabalhou no Banco Mundial, que, ao lado do FMI, é bem reconhecido por gentilmente dar lições que

---

<sup>8</sup> Trecho na íntegra e no idioma original: “I believe that globalization - the removal of barriers to free trade and the closer integration of national economies - can be a force for good and that it has the potential to enrich everyone in the world, particularly the poor.”

enriquecem os países já desenvolvidos às custas do que estão em processo de desenvolvimento — o próprio Stiglitz reconhece no texto) dizendo que “viu o efeito devastador que a globalização pode ter nos países em desenvolvimento e especialmente nos pobres dentro destes países”<sup>9</sup>.

A situação econômica passou a ser tão intrincada, tão globalmente dependente e influenciada que vale a pena rememorar a epígrafe trazida por Thomas Friedman em seu *The Lexus and the olive tree*. Ele rememora o que disse Douglas Hanson, ex-CEO de uma empresa estadunidense chamada Rocky Mountain bem no centro da bolha da internet, em 1998 (importa dizer que Hanson passou a ser corretor imobiliário e posteriormente envolto em polêmicas na administração da cidade de Indian Wells, Califórnia): “(...) nós não temos nada a ver com a Rússia ou com a Ásia. Nós somos apenas uma empresa doméstica tentando crescer, mas somos impedidos pela maneira como aqueles governos administram seus países.”<sup>10</sup> (Friedman, 2000). Se um *wall street guy* foi capaz de colocar em palavras os efeitos deletérios da globalização para uma empresa que visava crescer, podemos imaginar (e quem é do Sul global pode enxergar) o que Stiglitz disse a respeito do efeito devastador da globalização. Afinal, a globalização é um grande e interdependente mercado de ilusões.

### 3. Estado mínimo, mercado máximo: o habitat das transnacionais

É esse o habitat das empresas transnacionais. O livre-mercado passou a não ter barreiras nacionais. Passou a se tornar global. As soberanias dos Estados são colocadas em jogo (Hardt & Negri, 2003) pelo poder das companhias que crescem ao redor do mundo desmedidamente, concentrando capital na mão de poucos, tornando-se mais valiosas que as riquezas acumuladas de muitos países, dominando a arte do lobby, influenciando políticas públicas sob a falácia da invisibilidade<sup>11</sup>. Hobsbawm mostra que desde o século XVIII até a metade do século XX, os Estados, fossem eles ditos comunistas, capitalistas, liberais, autárquicos, cresceram em seus papéis e alcance (Hobsbawm, 1995). Já no final do século a

---

<sup>9</sup> “I have written this book because while I was at the World Bank, I saw firsthand the devastating effect that globalization can have on developing countries, and especially the poor within those countries”.

<sup>10</sup> “It’s aggravating - we have nothing to do with Russia or Asia. We’re just a little domestic business trying to grow, but we’re being prevented because of the way those governments run their countries. - Douglas Hanson, CEO of Rocky Mountain Internet, Inc., speaking to *The Wall Street Journal* after the 1998 market meltdown forced him to postpone a \$175 million junk bond issue.”

<sup>11</sup> Stiglitz se alinha bem ao pensamento de Susan George quanto aos tratados comerciais internacionais, feitos com muito pouco, ou nada, de *animus* de desenvolver as nações mais pobres, mas enriquecer justamente as nações e empresas mais desenvolvidas.

própria Concepção de Estado-nação tinha que se “defender de uma economia global que não controlava”.

As grandes empresas enxergaram, assim como as grandes navegações, a corrida para explorar um território inédito: mão de obra barata, matéria-prima de fácil acesso, terras a explorar e colonizar. E o fizeram.

Importa dizer o que é uma empresa transnacional, principalmente em diferença com relação ao que estamos acostumados a ouvir: empresas multinacionais. Num primeiro momento, o estudo sobre as ETNS indicava que havia uma mudança: as empresas passavam por uma descentralização, esfumaçavam seus controles ao redor do globo, e não mais mantinham uma sede muito bem fincada (imaginemos uma Volkswagen, ou uma Ford) em seu país, digamos, natal, e suas filiais ao redor do mundo. Susan George mostra que, na realidade, houve uma transição. Não há mais que se falar em empresas multinacionais, mas transnacionais, que têm seu controle, bem como sua organização, bem como sua responsabilização, pulverizada ao redor do mundo, operando livremente, muitas vezes não tendo sequer endereços vinculados ao país em que atuam (George, 2015).

Fizeram porque, de fato, com a derrocada da URSS, a ideologia predominante no mundo foi a construção neoliberal (e pantomimas que assim se denominam, mas que muito pouco perceberam sobre o que a Escola Austríaca escreveu). Passou a haver o pleito pelo chamado Estado-mínimo, mas não nos moldes liberais clássicos, vistos pelos mais modernos como Hayek, Friedman (e mesmo Mises) como utópicos (Rodrigues, 2022). Sim, um Estado-mínimo, mas que fosse forte o suficiente para proteger a liberdade econômica, para proteger a livre-iniciativa, a mão invisível do mercado com a sua *deregulation* estratégica — e interesseira. O projeto de Reagan (evidentemente não era dele) e Thatcher (evidentemente não era dela) e dos economistas da *Mont Pelerin Society*, tornara-se hegemônico. Espalhou-se. Nalguns pontos do mundo, espalhou-se no rastro da pólvora, como na América Latina, especialmente no Chile, um grande laboratório, ainda em Guerra Fria, com a Escola de Chicago comandando a mais austera das políticas latino-americanas. Em termos um tanto menos autoritários, depois foi o destino de todos os países latino-americanos na década de 1990. Em suma, as ETNS encontram um mundo aberto a elas, para que possam exercer descomplicada e desabrigadamente seu poder econômico ao redor de onde quer que coloque seus tentáculos<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Não são raros os estudos de caso (pléiades deles) sobre o assunto (Hernández Zubizarreta, 2009; Özden, 2016).

Por enquanto, vemos que o direito, principalmente o direito internacional, fomenta esse cenário tétrico (George, 2015), constituindo uma forma de soberania que Negri chama de Império, inédita, inaudita, cuja nascença está umbilicalmente ligada à globalização e à hegemonia neoliberal (Hardt & Negri, 2003). Se não sucumbirmos à ordem restritiva dos horizontes; se resistirmos à mesma toada de que alcançamos o fim da história, no assim chamado *realismo capitalista* (Fisher, 2009); e não nos limitarmos às alternativas, poderemos fazer melhor, inclusive calculando a rota dos instrumentos legais para que, se não podem alterar as estruturas econômicas que os subjazem, pelo menos limite a soberania deste Império global denunciado por Negri ou, quiçá em objetivo mais humilde, coloque obstáculos aos *Usurpateurs* de Susan George.

#### 4. Considerações finais

Ao longo deste estudo, procuramos investigar o papel das empresas transnacionais (ETNs) no capitalismo global contemporâneo — estágio e habitat em que se encontram —, focando criticamente nas dinâmicas de mercado que facilitam sua expansão e nas consequências socioeconômicas negativas que observamos graças ao mercado globalizado do qual sobrevivem e ao qual alimentam.

Configuramos, evidentemente, em homenagem à clareza de qualquer pesquisa, o que são as empresas transnacionais e como representam uma transformação no paradigma das empresas multinacionais tradicionais; evoluções para entidades que ultrapassam as barreiras nacionais e operam em uma estrutura descentralizada. Esse fenômeno só existe pela globalização e pela hegemonia do neoliberalismo; só existe porque há uma ideologia que define mercado como um deus onipotente e fenômeno natural. Hobsbawm e Polanyi serviram muito bem para caracterizar essa sociedade de mercado.

Como necessidade primeira, a interpretação do conceito de “mercado” como uma entidade quase metafísica, criticado por Karl Polanyi e explorado ao longo deste artigo, destaca a invisibilidade e a intocabilidade do mercado nas teorias econômicas clássicas e neoliberais. Essa abordagem cria um ambiente propício para as ETNs operarem com um nível de liberdade que frequentemente resulta em práticas extrativas e desiguais, conforme ilustrado pela análise crítica de Stiglitz. Graeber & Wengrow contribuíram significativamente para afastarmos a linearidade da evolução dos sistemas/formações econômicas pré-capitalistas (já afastada por Marx e Hobsbawm, por exemplo).

Em suma, após delinear as empresas transnacionais, seu habitat, o próprio conceito de mercado e a “evolução” das formações econômicas chamamos à crítica constante, ao constrangimento prático e legal deste cenário no qual nos encontramos sob pena de permanecermos no pesadelo de William Blake: despedaçados nesse moinho satânico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amsden, A. (2001). *The rise of “the rest”: Challenges to the west from late-industrializing economies*. Oxford University Press, USA.

Arrighi, G. (2010). *The long twentieth century: Money, power, and the origins of our times*. Verso.

Burns, E. M. (1970). *História da Civilização Ocidental—Volume II*. Editora Globo.

Comparato, F. K. (2012). Para entender o mundo em que vivemos. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 46(1), 118–132.

Comparato, F. K. (2014). *A civilização capitalista: Para compreender o mundo em que vivemos*. Saraiva.

Dowbor, L., Martins, A., Ameni, C. S., Albuquerque, H., Leite, G., Cornils, P., & palavras, O. (2018). *A era do Capital Improdutivo: A Nova Arquitetura do Poder, sob Dominação Financeira, Sequestro da Democracia e Destruição do Planeta* (M. Beloni, Org.; 2ª edição). Autonomia Literária.

Fisher, M. (2009). *Capitalist realism: Is there no alternative?* Zero Books.

Forgioni, P. A. (2012). *A evolução do direito comercial brasileiro: Da mercancia ao mercado*. (3ª). Revista dos Tribunais.

Friedman, T. L. (2000). *The Lexus and the olive tree* (1. Anchor books ed., newly updated and expanded ed). Anchor Books.

Fukuyama, F. (2006). *The End of History and the Last Man* (Reissue edição). Free Press.

George, S. (2015). *Shadow sovereigns: How global corporations are seizing power*. Polity Press.

Graeber, D., & Wengrow, D. (2021). *The dawn of everything: A new history of humanity* (First American edition). Farrar, Straus and Giroux.

Hardt, M., & Negri, A. (2003). *Empire* (1. Harvard Univ. Press paperback ed., [Nachdr.]). Harvard Univ. Press.

Hernández Zubizarreta, J. (2009). *Las empresas transnacionales frente a los derechos humanos: Historia de una asimetría normativa—De la responsabilidad social corporativa a las redes contrabegemónicas transnacionales*. Hegoa.

Hobsbawm, E. J. (1984). Introduction. Em K. Marx, *Pre-capitalist economic formations* ([10th print.]). International Publ.

Hobsbawm, E. J. (1995). *The age of extremes: The short twentieth century, 1914-1991*. Abacus.

Marx, K., Hobsbawm, E. J., & Cohen, J. (1984). *Pre-capitalist economic formations* ([10th print.]). International Publ.

Michiel de Vaan. (2008). *Etymological Dictionary Of Latin*.

Nespresso (Diretor). (2017, setembro 12). *Nespresso—The Choices we make* [Gravação de vídeo]. <https://www.youtube.com/watch?v=defDvr7ZeHU>

Özden, M. (2016). *La impunidad de las empresas transnacionales*. Cetim.

Piketty, T. (2013). *Le capital au XXIe siècle*. Éditions du Seuil.

Polanyi, K. (2012). *A grande transformação: As origens políticas e econômicas do nosso tempo*. Edições 70.

Rodrigues, J. (2022). *O neoliberalismo não é um slogan*. Tinta da China.

Smith, A. (1976). *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. University of Chicago Press.

Smith, A. (2009). *The Theory of Moral Sentiments* (250th-Anniversary Edition ed). Penguin Classics.

Stiglitz, J. E. (2002). *Globalization and its discontents*. Allen Lane/Penguin Books.